

NOSSOS DIREITOS

Leia esclarecimentos da assessoria jurídica ("MPOG não respeita direito de defesa") sobre medidas do Ministério do Planejamento que atingem direitos dos funcionários da UFRJ. *Página 2*

Assembléia no auditório do CT - às 14h de terça, dia 11
Pauta: Plenária da Fasubra, eleição de delegados e ações judiciais

NÃO É REAJUSTE

No caso da nossa categoria, o que as medidas do governo determinam é a segunda etapa do enquadramento

O governo federal não concedeu reajuste aos servidores das universidades federais, como propagou os jornais na semana passada. Nas medidas anunciadas e que envolvem mais de 30 categorias profissionais do funcionalismo público federal, aos técnicos-administrativos das instituições federais de ensino coube a segunda etapa do enquadramento, como já estava previsto na lei que instituiu a nossa carreira. *Página 3*

TRABALHO

SINTUFRJ cria
GT-Carreira
Página 2

CRECHE

Pais discutem
escolha de diretora
Página 4

UNIVERSIDADE

Polêmica no projeto
de reforma que
chegou ao Congresso
Página 5

DEPENDÊNCIA

Neurologia debate
drogas
Página 7

Vota Brasil Vota Brasil



REELEIÇÃO. Lula tentou se manter distante da crise, recuperou popularidade e já mergulhou na campanha em busca de mais quatro anos

Vota Brasil Vota Brasil



RUMO AO SOCIALISMO. A senadora Heloísa Helena deixou o PT, fundou o PSOL e quer se transformar na principal opção socialista nesta campanha

Vota Brasil Vota Brasil



HERDEIRO DE BRIZOLA? O senador Cristovam Buarque, ex-petista, entra na campanha como cristão-novo na legenda brizolista

Mais de 120 milhões de brasileiros vão às urnas em outubro para eleger presidente, governadores e parlamentares. O 1º turno das eleições será realizado em 1º de outubro. A campanha começa agora. A propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão será a partir de 15 de agosto. *Página 9*

SINTUFRJ cria GT-Carreira

Dia 6 de julho, às 10h, na subsede do SINTUFRJ no HU

O SINTUFRJ vai implantar seu Grupo de Trabalho sobre a Carreira e convoca os trabalhadores técnico-administrativos a estarem presentes a essa importante atividade sindical, afinal estamos vivendo o processo de implantação da segunda fase da nova carreira e é fundamental que o conjunto da categoria esteja acompanhando esta importante discussão. E é nesta fase também que várias pendências funcionais terão que ser decididas, envolvendo interpretações jurídicas à luz da Constituição Federal, como a ascensão funcional, que, aliás, será tema de um seminário, com realização prevista para

o próximo dia 13, pela Fasubra.

Esta é uma discussão que trata de nossa vida profissional futura, de nossa produção dentro da universidade, portanto, é impossível ficar alheio a este temário, que mais tarde se refletirá no quanto receberemos de salário. O GT-Carreira vai ser o fórum de discussão sobre a nova carreira até sua implantação plena e também o fórum de nossa representação para assegurar todas as nossas conquistas. É no GT-Carreira que tomaremos as decisões, como de organização do conjunto da categoria para fazer valer o que temos de direito.

NES: reunião com MEC e MPOG

Mais um passo em direção à regularização funcional dos trabalhadores de natureza especial (NES) foi dado na quinta-feira, 29. Conforme estava previsto, nesse dia a coordenadora sindical Ana Maria Ribeiro, acompanhada dos representantes dos NES, Suzana, Rosângela e Percival, mais o reitor Aloísio Teixeira, o pró-reitor de Pessoal, José Luiz Monteiro, e o superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, se reuniu em Brasília com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Henrique Paim. Participaram ainda da reunião a diretora da Coordenação Geral de Gestão de Pessoal do MEC, Maria do Socorro Gomes, e o assessor ministerial Leonel Cunha.

Após ouvir o relato do que já foi encaminhado, Henrique Paim acertou que, em julho, o Sindicato, a comissão dos trabalhadores NES e os representantes da Reitoria volta-

rão a Brasília, só que desta vez irão negociar o pleito com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), além do MEC, numa reunião conjunta dos dois ministérios. Paim informou que vai agendar o encontro ainda esta semana com a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG. Em razão disso, ficou decidido que a próxima reunião dos NES na UFRJ só ocorrerá após a negociação em Brasília, em julho.

LEMBRETE – Os trabalhadores NES não podem esquecer que têm até o dia 28 de julho para encaminhar às seções de pessoal de suas unidades reclamações de contracheque, para que sejam levadas à PR-4. Todos os problemas levantados pela categoria serão analisados pela comissão de funcionários já constituída, que terá um mês para apresentar à PR-4 o relatório dos erros identificados para que sejam reparados.

REUNIÕES

GT Educação

DIA: 4/07

HORÁRIO: 10h

LOCAL: SUBSEDE SINTUFRJ HU

PAUTA: ÚLTIMA VERSÃO REF. UNIVERSITÁRIA

GT Anti-racismo

DIA: 5/07

HORÁRIO: 10h

LOCAL: SUBSEDE SINTUFRJ HU

PAUTA: POLÍTICAS DE COTAS

GT Saúde

DIA: 6/07

HORÁRIO: 14h

LOCAL: SUBSEDE SINTUFRJ HU

PAUTA: CONSTRUÇÃO DO PROJETO DOS HU'S



Plantão FGTS

Na quinta-feira, 6 de julho, haverá plantão do advogado Júlio Romero, às 10h, na sede do SINTUFRJ, no Fundão.

Vigilância

Reunião da Vigilância nesta sexta-feira, 7 de julho
Local: Espaço Cultural • Horário: 14 horas
Pauta: Seminário Nacional de Segurança

Eleições na Ginecologia

As eleições para a direção do Instituto de Ginecologia serão nos dias 3, 4 e 5 de julho, das 8h às 14h. A apuração será no dia 5, às 18h. Segundo o presidente da Comissão Eleitoral, Roberto José de Lima, a eleição será com chapa única, encabeçada pelo atual diretor, Antônio Carneiro. "A eleição obedecerá aos critérios de proporcionalidade: 50% docentes, 30% técnicos-administrativos e 20% alunos", disse.

Festa Julhina do HUCFF Dia 7 de julho

Sexta-feira, a partir das 15h30, na entrada do Ambulatório,
Informações: 2562-2610

Posse na Farmácia

Os professores Carlos Rangel e Lúcio Mendes Cabral tomaram posse como diretor e vice na quinta-feira, dia 29.



Nada de grande no mundo é feito sem paixão.
Regal

A Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, tem a honra de convidar os companheiros (as) para solenidade de posse da sua nova direção. Contamos com sua presença.

07/07/2006, às 18h, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 502/21º andar,
Centro - Rio de Janeiro



Posse na CUT-RJ

A posse da nova diretoria eleita da CUT-RJ será na sexta-feira, dia 7 de julho. Todos os trabalhadores da UFRJ estão convidados a participar da solenidade e festa no Sindicato dos Bancários (Avenida Presidente Vargas, 502 – 21º andar), com início às 18h. A ex-coordenadora do SINTUFRJ, Neuza Luzia, é a nova presidente da CUT-RJ.

Não é reajuste

No conjunto de medidas do governo sai decreto com a segunda etapa do enquadramento

Os servidores da Universidade, ao contrário do que o noticiário dos jornais propagou, não tiveram qualquer reajuste. No conjunto de medidas divulgados pelo governo na quinta-feira, dia 29, que anunciava índices de reajuste de 12% a 190%, no que toca aos técnicos-administrativos das instituições federais de ensino, o que saiu foi o decreto com a segunda etapa do enquadramento, conforme estava mesmo previsto na lei da nossa carreira, desde 2005.

A segunda etapa consta de progressão de níveis por capacitação - retroativa a janeiro - e percentuais relativos ao incentivo à qualificação, a partir de julho. Ou seja, será apenas para servidores que fizeram cursos de capacitação ou que têm educação formal além da exigida pelo cargo e apresentaram seus certificados à Comissão de Enquadramento.

ARROCHO SALARIAL - O que nossa categoria ganhou foi a lanterninha nos salários do serviço público: com as reestruturação de tabelas, o menor salário no Executivo continua sendo o dos técnicos-administrativos das universidades, R\$ 761, e o maior o dos delegados da Polícia Federal em fim de carreira, que chega a R\$ 15,4 mil. Esclarecendo: o piso da tabela de janeiro de 2006 de nossa categoria é de R\$ 701,98 mais o abono de R\$ 59,87 (dado em maio de 2003), o que chega aos tais R\$ 761,85. Portanto, não tivemos reajuste nenhum.

No caso das demais categorias, as medidas provisórias que vêm sendo editadas desde maio e foram concluídas quinta e sexta-feiras pas-

sadas contemplam 33 categorias (incluem a Fasubra) que negociavam planos de cargos com o governo desde 2005. Atingem 87,4% dos servidores de diversas categorias - inclusive docentes do ensino superior e de 1º e 2º graus, ou 1,7 milhão de pessoas.

No caso das Ifes, no entanto, o decreto de implantação da nova fase do enquadramento estava previsto em lei desde o

ano passado, mas só saiu agora. A folha de pagamento da União é de R\$ 106 bilhões e o gasto com as medidas será de R\$ 5,7 bilhões, ou 5% do total. Segundo o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Sérgio Mendonça, a despesa com pessoal não tem excedido os 5% do PIB. Nas Ifes, atingirá 154.681 funcionários e terá impacto de menos de R\$ 200 milhões.

Como vai ser na UFRJ

Maria Tereza Ramos, vice-coordenadora da Comissão de Enquadramento da UFRJ, explica que agora a equipe vai aguardar o MEC liberar a portaria com a listagem do enquadramento para ser homologada no Consuni, o que poderá acontecer em sessão extraordinária. Depois, a portaria é publicada em edição excepcional do boletim e informado ao MEC, que por sua vez mandará os dados para o Siape.

“A previsão é que saia na folha de julho, paga em agosto, mas a Coordenação Geral de Pessoas do MEC não garantiu, porque não se sabe se o Siape vai conseguir se adaptar a tempo”, explica Maria Tereza.

Depois da publicação, os servidores que encontrarem erro no enquadramento podem entrar com recurso através de processo no setor de recursos humanos em suas unidades. aposentados e pensionistas podem recorrer à PR-4.

As dúvidas podem ser esclarecidas na Comissão de Enquadramento (no corredor à esquerda do hall dos elevadores, no térreo da Reitoria) ou pelos telefones 2598-1790 e 2598-1819.

MPOG NÃO RESPEITA DIREITO DE DEFESA

A Superintendência de Pessoal da UFRJ encaminhou ofício à Assessoria Jurídica do SINTUFRJ, na sexta-feira, 30 de junho, no qual deu conhecimento, através do COMUNICADO do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), acerca da implementação, já na folha de pagamento do mês de junho, da revisão de cálculo de decisões judiciais que, segundo entendimento da Coordenação Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas-COGS/SRH, estariam restritas à de-

finição de vencimento, não compreendendo a vantagem do art. 184 da Lei 1.711/52 nem o adicional de insalubridade, o que determinará a redução arbitrária no pagamento de centenas de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Entretanto, o próprio COMUNICA esclarece que as decisões judiciais devem ser observadas individualmente em seu teor, e somente repercutem sobre outras parcelas quando houver determinação expressa na sentença ou acórdão. O MPOG aplicou arbitrariamente o enten-

dimento em questão: sem analisar cada decisão judicial e sem que fosse garantido aos trabalhadores beneficiários de decisões judiciais que percebem adicional de insalubridade ou a vantagem do art. 184 da Lei 1.711/52, o direito de defesa previsto na Constituição Federal, impondo corte em seus rendimentos.

As ações judiciais coletivas do SINTUFRJ relativamente aos percentuais de 28,86% e 3,17%, por exemplo, nas suas sentenças transitadas em julgado, contemplam incidência sobre todas as par-

celas, não se lhes aplicando o entendimento do COGS/SRH.

Além do mais, muitos servidores possuem ações judiciais individuais e plúrimas (de grupos) nos quais as decisões deveriam ser examinadas uma a uma, para verificar a procedência da aplicação da interpretação legal invocada pelo Ministério do Planejamento.

Para tanto, seria essencial e indispensável à apuração da situação individual, decorrente de toda e qualquer decisão judicial existente, que amparam as rubricas

judiciais constantes dos contracheques, através da prévia comunicação para que o mesmo pudesse contestar a redução dos valores pagos.

Assim, considerando que somente após o fechamento da folha de pagamento é que foi dado conhecimento do corte que será efetivado, já como fato consumado, a assessoria jurídica estará buscando reverter tal quadro de ilegalidade, quer administrativamente, quer judicialmente, se for necessário, mas com efeitos que somente poderão ser vistos na próxima folha de pagamento.

Apac: “PR-4 rompe acordo”

Associação reclama por não ter sido ouvida sobre a escolha da nova diretora

Foto: Niko Júnior

A presidente da Apac (Associação dos Pais dos Alunos da Creche), *Rojane Fiedler*, manifestou sua indignação com o fato de a associação não ter sido ouvida no processo de escolha da nova diretora da creche universitária. Segundo ela, a entidade foi surpreendida com a nomeação pela Reitoria da professora *Eliane Bering*, da Faculdade de Educação. A nova diretora substituiu *Veloni Vicentini*, que pediu exoneração no dia 5 de junho. A nomeação de uma docente para a direção da creche rompe uma tradição dos 25 anos de história da creche.

De acordo com *Rojane*, dois dias depois do afastamento de *Vicentini* a direção da Apac foi procurada pelo pró-reitor de Pessoal, *Luiz Afonso Mariz*. Nessa conversa, o pró-reitor teria assumido o compromisso de construir um nome de consenso para a direção da creche e que neste processo a associação seria ouvida. “Fomos surpreendidos com a informação de que a portaria com a nomeação da nova diretora já estava pronta. Entendemos que o compromisso político assumido não foi cumprido.”

A presidente da Apac disse que foi solicitada formal-



PRESIDENTE DA APAC. Ela afirma que a associação não é ouvida nas decisões

mente no dia 14 de junho uma reunião com a direção da creche (a diretora interina é *Tatiana de Paula*) e a PR-4 (que é a pró-reitoria a que a creche está vinculada) para discutir o assunto. No dia 20 a Apac foi informada que a reunião iria ocorrer depois da semana de comemoração dos 25 anos da creche com eventos que aconteceram entre 19 e 23 de junho. Mas na quarta-feira, dia 28, surgiu a informação de que a Reitoria já tinha escolhido nova diretora. “Não houve consulta aos pais. O que aconteceu foi imposição de um nome pela Reitoria”, afirmou *Jeferson Sa-*

lazar, vice-presidente da Apac.

EXCLUSÃO – Segundo *Rojane Fiedler*, o episódio reflete a exclusão da Apac das decisões administrativas e pedagógicas. “Queremos saber qual é o caráter da Apac, definir qual o seu papel, pois não podemos funcionar como fachada para uma suposta participação que não existe”, disse *Rojane*, que assumiu a direção da associação em setembro do ano passado. Ela disse que a sua posição não tem relação com o nome escolhido pela Reitoria. “Não é nada de pessoal. O nosso protesto é contra a nossa ex-

clusão do processo.”

Rojane Fiedler afirmou que a luta da associação é pelo fortalecimento da creche como instituição importante na UFRJ. “Para que isto ocorra, é necessário transparência pedagógica e administrativa”, acrescenta. *Rojane* informou que uma das reivindicações da Apac é que as vagas da creche sejam preenchidas através de critérios definidos em edital. “Para se ter uma idéia, a creche atende 100 crianças, mas a demanda reprimida é de 1.900 crianças.” Por isso temos que ter critérios transparentes”, afirma *Rejane*.

DECISÃO EQUIVOCADA

A experiência recente da UFRJ mostra que qualquer unidade educacional não tem como funcionar quando os processos democráticos não são garantidos. A creche da UFRJ, que acaba de completar 25 anos, criada para atender às necessidades da mulher trabalhadora e que deve ser entendida como uma etapa da formação básica da criança, tem dado passos vigorosos nos últimos anos. Parte significativa foi graças à organização dos pais, que criaram a Associação de Pais e Amigos da Creche e que tem participado das discussões e pressões por melhoria da creche e por sua institucionalização. Não existe representação dos pais e funcionários no abstrato. Existem entidades organizadas e com suas direções eleitas, com representatividade e que devem ser respeitadas. É o que assim esperamos de uma administração que tem se pautado nesse amplo diálogo.

A decisão equivocada da escolha é também fruto de que, até o momento, esta unidade não ter um regimento interno em que o dispositivo constitucional da gestão democrática nas instituições de ensino esteja garantido e a comunidade envolvida possa participar da escolha diretamente.

Mais grave ainda neste processo é ter se retirado da categoria técnico-administrativa o espaço que por ela sempre foi ocupado. Na educação infantil, técnico em assuntos educacionais, pedagogos, psicólogos, etc... são cargos técnico-administrativos capazes de se dedicar à esta função em que não há restrição legal. Nossa luta pela ocupação nos cargos diretos da instituição é fruto do entendimento de que temos competência e responsabilidade para tal. Começa mal a nova administração da creche. E aí fica a pergunta: conseguirá uma instituição que cuida e educa nossas crianças caminhar sem o diálogo com todos os atores deste processo?

O outro lado

O pró-reitor de Pessoal, *Luiz Afonso Mariz*, contesta as afirmações da presidente da Apac. Segundo *Mariz*, professores, funcionários e pais foram procurados e sua decisão não foi autoritária. Ele reconhece que quando procurou os pais disse que seu objetivo é construir um nome de consenso e que não seria indicado nenhum nome estranho à creche. “Mas o fato é

que não houve consenso, as opções se afunilaram em torno de dois nomes (*Valquiria Felix* e a professora *Eliane Bering*) e tomamos uma decisão.” Segundo ele, a opção pela professora *Eliane*, da Faculdade de Educação, levou em consideração o fato de ela já pertencer à equipe que trabalha com educação infantil.

Reforma universitária chega ao Congresso

Está no Congresso Nacional o projeto de lei para a reforma da educação superior, enviado dia 8 de junho pelo governo para ser votado em regime de urgência. A proposta da reforma universitária fazia parte da agenda política do governo Lula e era considerada prioritária, mas acabou emperrada pela crise. O projeto teve três versões e ainda sofreu alterações pelo Executivo antes de ser mandado para o Congresso Nacional. Na sua última e definitiva formulação o projeto sofre críticas tanto dos movimentos quanto dos parlamentares. A manutenção da lista tríplice para escolha do reitor e a restrição à autonomia universitária são algumas delas.



Para agilizar a tramitação, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), decidiu criar uma comissão especial para analisar o projeto que tem prazo de 45 dias para votação. Se não for apreciado pela Câmara dentro deste prazo o projeto tranca a pauta a partir do dia 11 de agosto e fica com prioridade absoluta de votação. A presidente da Comissão de Educação da Câmara, Neyde Aparecida (PT-GO), argumenta que os parlamentares precisam de mais tempo para a discussão do projeto.

“Ainda existem polêmicas e é preciso ouvir as instituições e movimentos envolvidos. É preciso es-

paço para discutir com os parlamentares da casa e cabe ao Parlamento agora fazer a discussão com os movimentos organizados e todos os setores para termos o melhor projeto possível”, avalia a deputada, que afirma que este processo não pode ser feito de forma açodada.

Segundo ela, muitos parlamentares não têm posição formada sobre muitos itens do projeto, e outros não têm posição nenhuma. Pessoalmente, a parlamentar afirma que até em relação à lista tríplice é preciso mudar o texto. “Não tem sentido manter a lista tríplice, afirma”.

Lógica antidemocrática

Para Ana Maria Ribeiro, coordenadora-geral do SINTUFRJ e integrante do GT Educação da Fasubra, a proposta (apesar de alguns avanços) mantém a lógica anterior do sistema, como a gestão “antidemocrática” de participação majoritária de 70% para docentes nos órgãos colegiados. Ana Maria lembra que se deve ter no Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores o referencial para o debate.

A dirigente destaca que uma modificação explícita em direção ao fim do setor privado fez falta no projeto de lei do governo. Mas acha que “é uma enorme ignorância caracterizá-lo como privatista”.

Ela destaca que no aspecto democratização o projeto deixa a desejar: “A criação de Ouvidoria e do Conselho Social de Desenvolvimento não suficiente para o processo de democratização e ampliação do controle social da educação superior”.

Como recuo ao anteprojeto formulado com as entidades, Ana Maria cita, ainda, a retirada do Orçamento Global com a previsão de fim das fundações e a questão das Procuradorias vinculadas às universidades. Quanto aos avanços, destaca a vinculação de percentual de verba de custeio para assistência estudantil, o que ajuda a democratização do acesso; a legalização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a garantia de 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção do ensino.

“Governo recuou muito”

A coordenadora de Educação da Fasubra, Leia Oliveira, afirma que o governo não fez o que propôs, isto é, realizar uma reforma ampla no sistema da educação superior. E alerta que o Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, devido ao regime de urgência do projeto do governo, não terá espaço para o debate. “Isso é muito ruim. Com esta forma o governo banalizou um tema dos mais complexos, que é a discussão do modelo de universidade. A educação pública precisa ser realmente repensada, e o que defendemos que é a autonomia com democracia ainda temos muito que avançar. E nosso projeto, que pretende fazer este debate com a sociedade, fica prejudicado”.

Em relação à democracia, a dirigente afirma que o governo recuou e muito. “Aparece novamente a lista tríplice para escolha do reitor. Isso fere a autonomia da universidade, tanto na definição dos critérios quanto no processo final, pois fica a cargo do presidente da República a escolha e a nomeação do reitor e vice da lista. Temos um exemplo claro do que isso pode acarretar, uma verdadeira intervenção, como foi o caso na própria UFRJ.” Leia afirma, no entanto, que o projeto não é privatizante. “Não há no texto nada que comprometa o princípio público da universidade.”

“Um grave retrocesso”

O professor da Faculdade de Educação da UFRJ e ex-coordenador do grupo de política educacional do Andes, Roberto Leher, afirma que o projeto de lei do governo encaminhado ao Congresso Nacional representa um grave retrocesso, tanto do ponto de vista da educação pública, da democracia, da autonomia, do financiamento, quanto das conquistas da comunidade universitária.

“Na minha avaliação o governo assumiu a demanda do setor privado e incorporou o papel dos conservadores ainda existentes na universidade pública. Só um setor pode comemorar esse projeto: o privado.” Ele sintetiza em três pontos os efeitos do projeto governamental, os quais na sua argumentação inviabilizam qualquer avaliação consistente do projeto. São eles: mercantilização com a abertura ao comércio transfronteiriço da educação; institucionalização do controle das mantenedoras que detêm o poder sobre as instituições privadas, retirando qualquer autonomia que ainda detinham, e estrangulamento do financiamento das universidades federais.

Nesta última e polêmica questão o professor explica que a proposta de 75% dos 18% da receita líquida dos impostos irá congelar os recursos que atualmente já são escassos. Leher afirmou que o projeto trata educação como serviço. Não como direito.

Golden Cross quer impor reajuste

Negociação com a empresa não chegou a bom termo. Assembléia vai discutir o caso

O processo de negociação entre o SINTUFRJ e a Golden Cross sobre o reajuste anual não chegou a bom termo. Diante do ultimato da empresa de promover um reajuste “mínimo” de 27,48% para manter o contrato e se mostrar intransigente para negociar, o SINTUFRJ está convocando os sindicalizados titulares ou responsáveis pelo plano de saúde para participarem da assembléia, dia 18, terça-feira, às 14h, no auditório da subsede do HU (subsolo, ao lado da antiga Emergência). Na ocasião, a direção estará discutindo propostas alternativas.

Uma carta explicando todo o processo está sendo enviada e toda a documentação será disponibilizada na página do Sindicato no [link](#) Convênio. Mais informações com Claudia, setor Convênios, pelo telefone: 2270-5268.

Inicialmente, a proposta era de 28%, e se baseou na variação dos custos médicos e hospitalares, despesas comerciais, administrativas e gerais da própria empresa, nos últimos 12 meses. O SINTUFRJ esclarece que apresentou todos os argumentos possíveis, inclusive informando que a utilização foi de 49% contra os 70% estabelecidos no contrato e que não cabia ao Sindicato arcar com as despesas da empresa. E com o objetivo de proteger o interesse dos sindicalizados e diante da política salarial imposta pelo governo, o Sindicato comunicou sua proposta de 4,15% (baseada no índice da inflação dos últimos 12 meses). Da Golden o Sindicato recebeu a resposta de que aplicaria um reajuste de 27,48%, (apenas 0,52% menos que sua proposta inicial), sendo este o “mínimo aceitável para a manutenção e renovação do contrato”.

Música: Comissão de Sindicância

O chefe de Gabinete, João Eduardo, informou que a Comissão de Sindicância criada pela Reitoria para examinar fatos envolvendo a Escola de Música vai atuar nas frentes administrativa e acadêmica. De acordo com João Eduardo, a constituição da comissão foi provocada por uma série de documentos apresentados por professores da Escola, pela servidora posta em disponibilidade Dolores Brandão e pelo CEG.

Na semana passada a reitora em exercício Sylvia Vargas designou os professores Adilson de Oliveira, Milton Roedel Salles e Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira, para compor a comissão. Fatos relatados em petição dirigida ao reitor pelos professores André Luiz de Campello Duarte Cardoso, Roberto Macedo Ribeiro e Eduardo Monteiro das Neves em janeiro de 2005 também serão investigados. A comissão tem prazo de 30 dias para concluir seu trabalho, podendo ser prorrogada por mais 30 dias.

A Reitoria também determinou a realização de uma auditoria nas contas da Escola de Música nos últimos cinco anos. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 90 dias.

PARECER – Os componentes da Comissão Permanente de Licenciatura do Conselho de Ensino de Graduação se reuniram na manhã de quinta-feira, dia 29, para finalizar o parecer que seria entregue ao pró-reitor José Meyer sobre

o currículo da licenciatura. O parecer, segundo o presidente da comissão, Marcelo Correia e Castro, não entra em âmbito político e restringe-se a apontar questões técnicas e problemas que tocam ao currículo da Música, com base em duas recentes resoluções do Conselho Nacional de Educação.

O mesmo trabalho foi feito em relação a outros cursos. Música, no entanto, ficou ao largo das discussões e tinha adotado um currículo que causou polêmica ao corpo social em função da tramitação, âmbito em que o parecer também não entra, segundo o presidente.

Vestibular

O edital do próximo vestibular está em apreciação no CEG. Nesta quarta-feira, dia 5, a discussão sobre a elaboração do edital do vestibular deve ser concluída. Mas há um assunto pendente: as vagas do curso de Licenciatura da Escola de Música entram ou não no edital?

Quase nada foi feito do que havia sido proposto pelo colegiado nas inúmeras sessões que tratou da Música para contornar a crise – desde 2003. Em síntese, não há um currículo em vigor que dê segurança ao CEG de que os alunos ao entrarem na UFRJ não serão prejudicados.

Reunião – Esportes

A comissão organizadora do último campeonato de futebol dos servidores realizará no dia 6 de julho, quinta-feira, às 13h, no prédio da Reitoria, sala 810, uma reunião com os representantes das equipes de futebol para analisar a possibilidade da construção conjunta de um campeonato. A Coordenação de Esportes do SINTUFRJ foi convidada a participar e buscará se integrar às atividades propostas.

Inaugurada Avenida na UFRJ

A Prefeitura Universitária da UFRJ reabriu, na sexta-feira, a via – interdita há mais cinco anos – que fica entre o HU e o CCS. A avenida recebeu o nome de Rodolpho Paulo Rocco. Segundo o prefeito Hélio de Mattos, Rocco foi um professor que contribuiu para a UFRJ e foi diretor do hospital. A medida, proposta pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), tem como objetivo atender às novas demandas de tráfego geradas pelo fechamento noturno dos acessos 2 e 3 da Cidade Universitária, segundo explicou Hélio de Mattos. “Agora, com esta avenida, além de dar maior segurança à comunidade da UFRJ, irá reduzir o trajeto entre as vias principais”, disse.

UFRJ alfabetiza moradores de comunidades

Moradores de 14 comunidades, num total de 273 jovens e adultos, a partir de 15 anos de idade, concluíram a primeira etapa do curso de alfabetização ministrado pela UFRJ. O programa foi implantado em 2004 e tem o apoio do Ministério da Educação e da Petrobras. A entrega dos certificados foi na quinta-feira, 29, em solenidade no Salão Azul da Reitoria, com a presença do secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, Ricardo Henriques.

Ao todo são 26 turmas de alfabetização em andamento, informou a coordenadora da Divisão de Integração Universidade e Comunidade, Eliana Silva. O curso funciona nos próprios locais de moradia dos alunos, no horário noturno, das 19h às 21h30, e a UFRJ conta com a parceria de entidades locais para montar as salas de aula. Atuam como professores alunos bolsistas da UFRJ, sob a supervisão das unidades. Os alfabetizados pelo programa são inseridos na rede formal de ensino.

Festa da Incubadora dia 6

Esclarecemos que a festa junina da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), programada para o dia 7 de julho, conforme noticiado na edição anterior, não ocorrerá mais. A Incubadora promoverá no dia 6 de julho, quinta-feira, a partir das 16h, o tradicional evento Incubarnesc, com ênfase na comemoração ao Dia do Cooperativismo.

Neurologia debate as drogas

Instituto reúne especialistas para discutir causas e conseqüências de seu uso

Fotos: Niko Júnior

O Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC), na Praia Vermelha, que há mais de 20 anos desenvolve linhas de pesquisas acadêmicas sobre uso e abuso de drogas, mobilizou profissionais de diferentes áreas de atuação na UFRJ e fora da Universidade para debater o tema "Álcool, drogas e violência urbana: o inevitável desafio da sociedade moderna". O debate foi na segunda-feira, 26 de junho, Dia Mundial de Combate às Drogas. Na platéia, técnicos-administrativos, professores, estudantes de medicina, enfermagem e serviço social.

Entre diversas abordagens, o diretor do instituto, José Luiz de Sá Cavalcanti chamou a atenção para a "nova droga" introduzida no mercado, a virtual, para quem o uso inadequado de equipamentos eletrônicos escraviza tanto quanto as drogas químicas.

O representante da Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química, sociólogo Humberto Henrique Lima, disse que hoje o consumo de drogas é globalizado. "A droga se espalhou e o combate é difícil. As drogas vão em busca de capital, e a tragédia, no Brasil, é que saem das capitais para o interior, para as cidades onde há dinheiro."

ÁLCOOL – A professora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Angela Abreu, apresentou dados impressionantes de uma pesquisa que realizou durante seis meses, na qual constatou que o uso de bebidas alcoólicas foi responsável por 42,2% dos acidentes

com morte no Rio de Janeiro. Angela é uma das responsáveis pelo Núcleo de Atendimento Integral ao Acidentado de Trânsito, que funciona no Hospital-Escola São Francisco de Assis, na Avenida Presidente Vargas, atende uma média de cinco pessoas por dia enviadas pelo SUS.

A psicóloga Lílian Monteiro, da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, informou que 33% dos apenados admitem usar drogas. "Testemunho todos os dias situações trágicas, e considero como muito simplista achar que a droga é responsável por toda a violência urbana, assim como defendo que os viciados sejam tratados sem uma visão moralista."

CONSIDERAÇÕES – Para o coordenador do debate, Marcos Jardim, diretor do Instituto de Psicologia da UFRJ, o depoimento dos palestrantes chamou a atenção para a forma como a sociedade brasileira se estruturou ao longo dos tempos, gerando muitos dos problemas atuais. "A negação de direitos, a centralização de poder, a economia da exploração, o atraso no investimento em saúde e educação foram algumas das condições que, estabelecidas e mantidas, culminaram em uma das sociedades mais concentradoras da contemporaneidade."

"As conseqüências desse quadro", sustenta, "são os elevados índices de consumo de álcool, de drogas ilícitas e formas variadas de violência, se comparados com outros países."



JOSÉ MAURO, do INDC, Talvane de Moraes e Lílian Monteiro no debate sobre drogas

Desvios de comportamento

O professor da UFRJ Talvane de Moraes, referência na área de psiquiatria forense, acredita que há uma relação muito intensa entre desvios de comportamento e tráfico de drogas. Segundo o psiquiatra, a personalidade de uma pessoa está ligada a fatores de ordem genética e ambiental.

Ele conceituou a violência como sendo a instrumentalização da agressividade, mas frisou que nem sempre nas atitudes violentas há a presença da crueldade. Na análise de Talvane, as pessoas consomem droga para sentir o efeito ilusório de que são capazes de enfrentar as dificuldades e barreiras da vida, e que essa mesma sensação de bem-estar também encontram nas chamadas drogas lícitas, como o álcool, principalmente, que entorpece a autocrítica. Portanto, o problema, segundo Talvane, não está nos produtos, mas no indivíduo.

Uma visão filosófica

De acordo com o professor de filosofia da Escola de Serviço Social, Marildo Menegat, a experiência da droga na cultura ocidental vem da antiguidade grega, quando os pensadores tomavam vinho com especiarias para esquecer a realidade e mergu-



MARILDO MENEGAT. "Drogas vêm da antiguidade grega"

lhar num "sono mais profundo e delicioso". Para ele, até hoje o que se procura nas drogas é "um tipo de sensibilidade que nos foi tirado".

Segundo ainda o filósofo, como a sociedade ocidental ficou marcada pela cultura protestante e puritana, cristalizou-se uma relação moralista com as drogas, que passaram a ser vistas como causadoras de grandes violências sociais ou da destruição da vida dos indivíduos. Na opinião de Menegat, neste momento histórico a droga é uma clara evidência da decadência da sociedade ocidental. "Como não é mais possível recuperar a nossa autenticidade, nos desesperamos e buscamos as drogas como paliativo. A esperança é a humanidade se reconciliar consigo mesma", concluiu.



HUMBERTO. "A droga se espalhou e o combate é difícil"

O Brasil vota em outubro

Mais de 120 milhões de brasileiros vão às urnas para eleger presidente, governadores e parlamentares

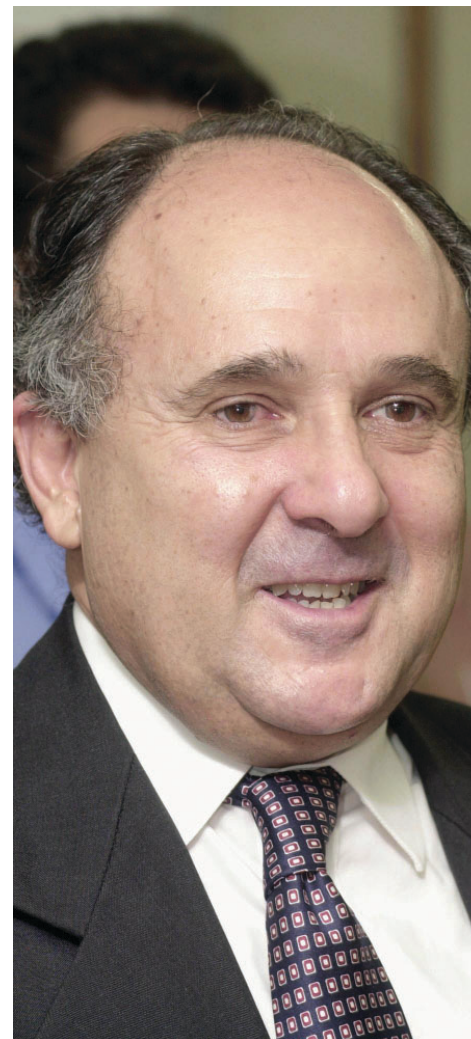
Fotos: ABR

As eleições gerais deste ano começam a movimentar o país. Na sexta-feira, 30 de junho, os partidos políticos se obrigaram a fazer suas convenções partidárias nacionais e estaduais em todo o país conforme determina o calendário eleitoral de 2006. A propaganda eleitoral gratuita de rádio e televisão começa oficialmente em 15 de agosto.

Neste ano serão eleitos o presidente da República e seu vice, 27 senadores (um terço do total do Senado), deputados federais e estaduais, e os governadores e seus vices nos 26 estados e no Distrito Federal. O primeiro turno das eleições gerais de 2006 será realizado em 1º de outubro, e o segundo (onde houver) no dia 29 do mesmo mês.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é candidato à reeleição pelo PT. Disputam ainda a Presidência da República a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), primeira mulher a disputar o cargo, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), além de outros candidatos de partidos de pouca expressão. O PMDB, o partido de maior base parlamentar, não terá candidato próprio e dividirá seu apoio entre Lula e o candidato do PSDB. Lula terá seis minutos e 34 segundos de tempo contra pouco mais de nove minutos de Alckmin. O tempo é determinado pelo peso parlamentar dos partidos coligados formalmente.

A chapa puro sangue do PSOL, Heloísa Helena tendo como vice o economista César Benjamin, tem o apoio do PSTU e do PCB. O PSDB está aliado ao PFL na chapa à presidência. O vice de Geraldo Alckmin é o senador José Jorge (PFL-PE). OPT, por sua vez, reedita a chapa Lula e José Alencar, sendo que o vice saiu do PL e foi para o PRB (Partido Republicano Brasileiro). Conta com o apoio oficial do PC do B e perdeu o apoio dos outros partidos da sua base governamental, como o PSB e o PTB. O PDT concorre com uma chapa sem alianças, tendo como vice de Cristovam Buarque o senador Jefferson Péres (PDT-AM).



LULA. Presidente vai em busca de mais 4 anos de governo. Heloísa disputa pelo PSOL e Cristovam é o candidato do PDT

Disputa no Rio

Pelo menos cinco candidatos já estão na disputa ao governo do estado. O PT concorre ao governo do Rio com Vladimir Palmeira e o médico Adelgísio de Almeida, do PSB, como vice. A chapa tem o apoio do PCdoB. Estes três partidos concorrem juntos, no Rio, nas eleições para o governo e Senado.

O PSOL está na disputa com o jornalista Milton Temer tendo como vice o vereador Eliomar Coelho. A chapa conta com o apoio do PSTU e do PCB.

O PSDB concorre com o deputado Eduardo Paes, e Tem como vice Maristela Kubitschek.

Senado renova um terço

Com as eleições de outubro, o Senado Federal será renovado em um terço de seus membros – 27 cadeiras. Embora o mandato de um senador seja de oito anos, a renovação alternada a cada quatro anos dá ao eleitorado a possibilidade de mudar parcialmente a composição da Casa.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB) tem o apoio do PT e

A chapa do PPS, em aliança com PV e PFL, é formada pela deputada federal Denise Frossard e pelo ex-secretário municipal de Obras do Rio, Eider Dantas.

Com o apoio do casal Garotinho, o candidato do PMDB é o senador Sérgio Cabral Filho. Seu vice é Luiz Fernando de Souza, ex-prefeito de Piraí, conhecido como Pezão. A chapa tem o apoio do PMN, PTC, PAN e PSC.

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi é o candidato do partido para disputar o Governo do Estado. Pelo PRB, concorre o senador Marcelo Crivela.

do PSB. A frente formada por PSOL, PCB e PSTU apóia os candidatos Raimundo Oliveira, presidente do Clube de Engenharia, pelo PCB, e Luis Carlos Mancha Prates, o Mancha, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, pelo PSTU. O ex-secretário municipal de Meio Ambiente do Rio, Alfredo Sirkis, concorrerá pelo PV.

Showmícios proibidos

Perto do início da campanha eleitoral há muitas dúvidas sobre as novas regras eleitorais, aprovadas pelo Congresso e validadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De qualquer forma, os showmícios foram abolidos na disputa eleitoral. E a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar comícios e reuniões eleitorais também está proibida.

Os *outdoors* estão também proibidos, porém os candidatos poderão usar placas de até quatro metros quadrados e pintar muros privados. Os candidatos não podem distribuir qualquer brinde que caracterize vantagem ao eleitor (camisas, bonés, chaveiros, canetas, cestas básicas). Mas o uso de bandeirolas, adesivos nos carros e de bonecos infláveis está liberado. Pela nova regra, proíbe-se também quaisquer doações em dinheiro, bem como a oferta de troféus e prêmios e ajuda de qualquer espécie feita por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas.

Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar na internet, nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, relatório sobre financiamento da campanha eleitoral, e os gastos que realizarem, em site criado pela Justiça Eleitoral para este fim. Mas os nomes dos doadores e os respectivos valores doados só serão conhecidos na prestação de contas final.